

Jornal Oficial



Instituído pela Lei Municipal nº 1.131 de 18 de setembro de 2007

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

ADMINISTRAÇÃO DO EXCELENTÍSSIMO SR. PREFEITO PAULO EMÍDIO DE MEDEIROS

ANO XIV

SÃO GONÇALO DO AMARANTE, 13 DE JULHO DE 2020

Nº 126

EXECUTIVO/GABINETE

LEI Nº 1837 DE 07 DE JULHO DE 2020.

"Dispõe sobre a organização da Assistência Social do Município de São Gonçalo do Amarante e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art.1º A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art.2º A Política de Assistência Social do Município de São Gonçalo do Amarante tem por objetivos:

I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

II – a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III – a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;

IV – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis;

V – primazia da responsabilidade do ente político na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

VI – centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais visando universalizar a proteção social e atender às contingências sociais.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Seção I

Dos Princípios

Art.3º A política pública de assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I – universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

II – gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;

III – integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV – intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e Sistema de Justiça;

V – equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;

VI – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

VII – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

VIII – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IX – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

X – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Seção II

Das Diretrizes

Art.4º A organização da assistência social no Município observará as seguintes diretrizes:

I – primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;

II – descentralização político-administrativa e comando único em cada esfera de gestão;

III – cofinanciamento partilhado dos entes federados;

IV – matricialidade sociofamiliar;

V – territorialização;

VI – fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;

VII – participação popular e controle social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

CAPÍTULO III

DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Seção I

Da Gestão

Art.5º A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União.

Parágrafo único. O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas pela Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Art.6º O Município de São Gonçalo do Amarante atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em seu âmbito.

Art.7º O órgão gestor da política de assistência social no Município de São Gonçalo do Amarante é a Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania.

Seção II

Da Organização

Art.8º O SUAS no âmbito do Município de São Gonçalo do Amarante organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I – proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II – proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Art.9º A proteção social básica compõe-se precipuamente dos seguintes

serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

- I – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;
- II – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV;
- III – Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com

Deficiência e Idosas;

§1º O PAIF deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

§2º Os serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica poderão ser executados por Equipes Volantes.

Art. 10 A proteção social especial ofertará precipuamente os seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – Proteção social especial de média complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI;
- b) Serviço Especializado de Abordagem Social;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade;
- d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

II – proteção social especial de alta complexidade:

- a) Serviço de Acolhimento Institucional;
- b) Serviço de Acolhimento em República;
- c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências;

Parágrafo único. O PAEFI deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Art. 11 As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos ou pelas entidades ou organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada serviço, programa ou projeto socioassistencial.

§1º Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante a articulação entre todas as unidades do SUAS.

§2º A vinculação ao SUAS é o reconhecimento pelo órgão gestor, de que a entidade ou organização de assistência social integra a rede socioassistencial.

Art. 12 As unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS integram a estrutura administrativa do Município de São Gonçalo do Amarante, quais sejam:

- I – CRAS;
- II – CREAS;

Parágrafo único. As instalações das unidades públicas estatais devem ser compatíveis com os serviços nelas ofertados, observadas as normas gerais.

Art. 13. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, respectivamente, e pelas entidades e organizações de assistência social, de forma complementar.

§ 1º O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação e execução de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias no seu território de abrangência.

§2º O CREAS é a unidade pública de abrangência municipal ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da Assistência Social.

§3º Os CRAS e os CREAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

Art. 14 A implantação das unidades de CRAS e CREAS deve observar as diretrizes da:

I - territorialização – oferta capilarizada de serviços com áreas de abrangência definidas baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida dos cidadãos; respeitando as identidades dos territórios locais, e considerando as questões relativas às dinâmicas sociais, distâncias percorridas e fluxos de transportes, com o intuito de potencializar o caráter preventivo, educativo e protetivo das ações em todo o município, mantendo simultaneamente a ênfase e prioridade nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social;

II - universalização – a fim de que a proteção social básica e a proteção social especial sejam asseguradas na totalidade dos territórios dos municípios e com capacidade de atendimento compatível com o volume de necessidades da população;

III - regionalização – participação, quando for o caso, em arranjos institucionais que envolvam municípios circunvizinhos e o governo estadual, visando assegurar a prestação de serviços socioassistenciais de proteção social especial cujos custos ou baixa demanda municipal justifiquem rede regional e desconcentrada de serviços no âmbito do Estado.

Art. 15 As ofertas socioassistenciais nas unidades públicas pressupõem a

constituição de equipe de referência na forma das Resoluções nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17, de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, do CNAS.

Parágrafo único. O diagnóstico socioterritorial e os dados da Vigilância Socioassistencial são fundamentais para a definição da forma de oferta da proteção social básica e especial.

Art. 16 O SUAS afiança as seguintes seguranças, observado as normas gerais:

- I – acolhida;
- II – renda;
- III – convívio ou vivência familiar, comunitária e social;
- IV – desenvolvimento de autonomia;
- V – apoio e auxílio.

Seção III

Das Responsabilidades

Art. 17 Compete ao Município de São Gonçalo do Amarante, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania:

I – destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da Lei Federal nº 8.742, de 1993, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

II – efetuar a concessão de auxílio-natalidade e auxílio-funeral;

III – executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV – atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;

V – prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da Lei Federal nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

VI – implantar a vigilância socioassistencial no âmbito municipal, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais;

VII – implantar sistema de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para promover o aprimoramento, qualificação e integração contínuos dos serviços da rede socioassistencial, conforme Pacto de Aprimoramento do SUAS e Plano de Assistência Social.

VIII – regulamentar e coordenar a formulação e a implementação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de Assistência Social e as deliberações de competência do Conselho Municipal de Assistência Social, observando as deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social;

IX – regulamentar os benefícios eventuais em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social;

X – cofinanciar o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas, projetos e benefícios eventuais de assistência social, em âmbito local;

XI – cofinanciar em conjunto com a esfera federal e estadual a Política Nacional de Educação Permanente com base nos princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, coordenando-a e executando-a em seu âmbito;

XII – realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;

XIII – realizar a gestão local do Benefício de Prestação Continuada - BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;

XIV – realizar em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social as conferências de assistência social;

XV – gerir de forma integrada, os serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência;

XVI – gerir o Fundo Municipal de Assistência Social;

XVII – gerir no âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1º do art. 8º da Lei nº 10.836, de 2004;

XVIII – organizar a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;

XIX – organizar e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial, articulando as ofertas;

XX – organizar e coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias, normalizando e regulando a política de assistência social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da União;

XXI – elaborar a proposta orçamentária da assistência social no Município assegurando recursos do tesouro municipal;

XXII – elaborar e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social, anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

XXIII – elaborar e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social e pactuado na Comissão Intergestores Bipartite (CIB);

XXIV – elaborar e executar o Pacto de Aprimoramento do SUAS, implementando o em âmbito municipal;

XXV – elaborar e executar a política de recursos humanos, de acordo com a NOB/RH - SUAS;

XXVI – elaborar o Plano Municipal de Assistência Social a partir das responsabilidades e de seu respectivo estágio no aprimoramento da gestão do SUAS e na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas nas instâncias de pactuação e negociação do SUAS;

XXVII – elaborar e expedir os atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

XXVIII – elaborar e aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;

XXIX – preencher anualmente o Censo SUAS;

XXX – implantar o Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social – SCNEAS de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

XXXI – implantar o conjunto de aplicativos do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS;

XXXII – garantir a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, translados e diárias de conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições;

XXXIII – garantir que a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Plano Plurianual, o Plano de Assistência Social e os compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS;

XXXIV – garantir a integralidade da proteção socioassistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do SUAS, exercendo essa responsabilidade de forma compartilhada com a União e o Estado;

XXXV – garantir a capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social, além de desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência social, em especial para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a tipificação nacional;

XXXVI – garantir o comando único das ações do SUAS pelo órgão gestor da Política de Assistência Social, conforme preconiza a LOAS;

XXXVII – definir os fluxos de referência e contrarreferência do atendimento nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas;

XXXVIII – definir os indicadores necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação, observado a suas competências;

XXXIX – implementar os protocolos pactuados na Comissão Intergestores Tripartite;

XL – implementar a gestão do trabalho e a educação permanente;

XLI – promover a integração da Política Municipal de Assistência Social com outros sistemas públicos que fazem interface com o SUAS;

XLII – promover a articulação intersetorial do SUAS com as demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça;

XLIII – promover a participação da sociedade, especialmente dos usuários, na elaboração da Política de Assistência Social;

XLIV – participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na Comissão Intergestores Bipartite;

XLV – prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;

XLVI – zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelo estado ao Município, inclusive no que tange a prestação de contas;

XLVII – assessorar as entidades e organizações de assistência social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do SUAS, viabilizando estratégias e mecanismos de organização para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades e organizações de assistência social de acordo com as normativas federais;

XLVIII – acompanhar a execução de parcerias firmadas entre os municípios e as entidades e organizações de assistência social e promover a avaliação das prestações de contas;

XLIX – normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades e organizações vinculadas ao SUAS, conforme §3º do art. 6º B da Lei Federal nº 8.742, de 1993, e sua regulamentação em âmbito federal;

L – aferir os padrões de qualidade de atendimento, a partir dos indicadores de acompanhamento definidos pelo respectivo Conselho Municipal de Assistência Social para a qualificação dos serviços e benefícios em consonância com as normas gerais;

LI – encaminhar para apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social os relatórios trimestrais e anuais de atividades e de execução físico-financeira a título de prestação de contas;

LII – compor as instâncias de pactuação e negociação do SUAS;

LIII – estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência

social;

LIV – instituir o planejamento contínuo e participativo no âmbito da política de assistência social;

LV – dar publicidade ao dispêndio dos recursos públicos destinados à assistência social;

LVI – criar ouvidoria do SUAS, preferencialmente com profissionais do quadro efetivo;

LVII – submeter trimestralmente, de forma sintética, e anualmente, de forma analítica, os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social.

Seção IV

Dos Instrumentos de Gestão do SUAS

Art.18 Os instrumentos de gestão são ferramentas de planejamento técnico e financeiro do SUAS, tendo como referência o diagnóstico social e os eixos de proteção social básica e especial, sendo eles: Plano Municipal de Assistência Social; Orçamento; Monitoramento; Avaliação e Gestão da Informação e Relatório Anual de Gestão, conforme especificação da NOB-SUAS.

Art.19 A Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania organizará o Sistema de Vigilância Social, Monitoramento e Avaliação da Assistência Social de São Gonçalo do Amarante com a responsabilidade de:

I – produzir e sistematizar informações, indicações e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco social e pessoal que incidem sobre famílias e/ou pessoas nos diferentes ciclos de vida;

II – criar uma matriz de indicadores que permita avaliar a eficiência e eficácia das ações previstas no Plano Municipal de Assistência Social;

III – dar divulgação aos resultados do Plano Municipal de Assistência Social;

IV – realizar estudos, pesquisas e diagnósticos;

V – monitorar e avaliar os padrões e a qualidade dos serviços da assistência social, em especial dos abrigos, para os diversos segmentos etários.

§ 1º Entende-se por situações de vulnerabilidade social e pessoal as que decorrem de perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências e doenças crônicas; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

§ 2º O setor responsável pelo Sistema de Vigilância Social, Monitoramento e Avaliação da Assistência Social do município deverá ser estruturado com uma equipe multiprofissional e com sistemas informacionais compatíveis a consecução do disposto no caput deste artigo.

Art.20 O setor responsável pelo Sistema de Vigilância Social, Monitoramento e Avaliação da Assistência Social do município terá um Diretor constituído por servidor e/ou cargo comissionado, de nível superior, com formação em ciências humanas e/ou sociais que ocupará função gratificada.

Art.21 O relatório de gestão destina-se a sintetizar e divulgar informações sobre os resultados obtidos e sobre a probidade dos gestores do SUAS às instâncias formais do SUAS, ao Poder Legislativo, ao Ministério Público e a Sociedade como um todo.

§1º O relatório de gestão deve avaliar o cumprimento das realizações, dos resultados ou produtos, obtido em função das metas prioritárias, estabelecidas no Plano de Assistência Social e consolidado no Plano de Ação anual.

§2º A aplicação dos recursos financeiros em cada exercício anual deverá ser elaborada pelos gestores e submetida ao Conselho Municipal de Assistência Social de São Gonçalo do Amarante.

Seção V

Do Plano Municipal de Assistência Social

Art.22 O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da Política de Assistência Social no âmbito do Município de São Gonçalo do Amarante.

§1º A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social dar-se-á cada 4 (quatro) anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual e contemplará:

I – diagnóstico socioterritorial;

II – objetivos gerais e específicos;

III – diretrizes e prioridades deliberadas;

IV – ações estratégicas para sua implementação;

V – metas estabelecidas;

VI – resultados e impactos esperados;

VII – recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII – mecanismos e fontes de financiamento;

IX – indicadores de monitoramento e avaliação;

X – cronograma de execução.

§2º O Plano Municipal de Assistência Social, além do estabelecido no parágrafo anterior, deverá observar:

I – deliberações das conferências de assistência social;

II – metas nacionais e estaduais pactuadas que expressam o

compromisso para o aprimoramento do SUAS;

III – ações articuladas e intersetoriais;

IV – ações de apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do SUAS.

Seção VI

Da Gestão do Trabalho no SUAS

Art.23 São responsabilidades e atribuições da Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania para a Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS, conforme a NOB-RH/SUAS:

I – destinar recursos financeiros para a área, compor quadros de trabalho específicos e qualificados por meio da realização de concursos públicos;

II – instituir e designar em sua estrutura administrativa, setor, coordenação e equipe responsável pela gestão do trabalho no SUAS;

III – elaborar um diagnóstico da situação da situação de gestão do trabalho existente em sua área de atuação;

IV – contribuir com a esfera federal, estadual e demais municípios na definição e organização do Cadastro Nacional dos Trabalhadores do SUAS;

V – aplicar Cadastro Nacional dos Trabalhadores do SUAS em sua base territorial, considerando seus equipamentos e também entidades/organizações de assistência social e os serviços, programas, projetos e benefícios existentes;

VI – manter e alimentar o Cadastro Nacional dos Trabalhadores do SUAS, de modo a viabilizar o diagnóstico, planejamento e avaliação das condições da área de gestão do trabalho para a realização dos serviços socioassistenciais, bem como seu controle social;

VII – elaborar Plano de Capacitação para Servidores da Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania, de acordo com a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS;

VIII – elaborar Plano de Cargos, Carreiras e Salários, em conjunto com os trabalhadores do SUAS;

§1º O setor responsável pela Gestão do Trabalho deve ser estruturado com uma equipe multiprofissional e sistemas informacionais compatíveis à consecução do disposto no caput deste artigo.

§2º O setor responsável pela Gestão do Trabalho terá um Coordenador constituído por servidor efetivo e/ou cargo comissionado, de nível superior, com formação em ciências humanas e/ou sociais que ocupará função gratificada.

Art.24. Cabe ao município assegurar os recursos humanos necessários ao funcionamento do SUAS, em conformidade com a legislação vigente.

Art.25 Os trabalhadores da assistência social das instituições parceiras abrangidas pelo SUAS municipal deverão ter formação e titulação conforme disposição da NOB-RH ou legislação pertinente.

Art.26 Fica instituído o Programa de Educação Permanente em Assistência Social com o objetivo de contribuir para o constante aperfeiçoamento, qualificação e formação profissional dos trabalhadores governamentais e não governamentais e conselheiros que atuam no SUAS de São Gonçalo do Amarante.

§1º O setor responsável pelo Programa de Educação Permanente em Assistência Social deve ser estruturado com uma equipe multiprofissional e sistemas informacionais compatíveis à consecução do disposto no caput deste artigo.

§2º O setor responsável pelo Programa de Educação Permanente em Assistência Social terá um Diretor constituído por servidor efetivo e/ou cargo comissionado, de nível superior, com formação em ciências humanas e/ou sociais que ocupará função gratificada.

§3º O Programa de Educação Permanente em Assistência Social de que trata este artigo deverá ser desenvolvido em parceria com a Coordenação de Gestão do Trabalho e com outros centros de formação.

CAPÍTULO IV

DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO SUAS

Seção I

Do Conselho Municipal de Assistência Social

Art.27 O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de São Gonçalo do Amarante é órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania cujos membros, nomeados pelo Prefeito, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida única recondução por igual período.

§1º O CMAS é composto por 12 membros e respectivos suplentes indicados de acordo com os critérios seguintes:

I – 06 representantes governamentais;

II – 06 representantes da sociedade civil, observadas as Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público.

§2º Consideram-se para fins de representação no Conselho Municipal de Assistência Social o segmento:

I – de usuários: aqueles vinculados aos serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social, organizados, sob diversas formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos;

II – de organizações de usuários: aquelas que tenham entre seus objetivos a defesa e garantia de direitos de indivíduos e grupos vinculados à política de assistência social;

III – de trabalhadores: são legítimas todas as formas de organização de trabalhadores do setor, como associações de trabalhadores, sindicatos, federações, conselhos regionais de profissões regulamentadas, fóruns de trabalhadores, que defendem e representam os interesses dos trabalhadores da política de assistência social.

§3º Os trabalhadores investidos de cargo de direção ou chefia, seja no âmbito da gestão das unidades públicas estatais ou das entidades e organizações de assistência social não serão considerados representantes de trabalhadores no âmbito dos Conselhos.

§4º O CMAS é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 1 (um) ano, permitida única recondução por igual período.

§5º Deve-se observar em cada mandato a alternância entre representantes da sociedade civil e governo na presidência e vice-presidência do CMAS.

§6º O CMAS contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

Art. 28. O CMAS reunir-se-á ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário; suas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas, e funcionará de acordo com o Regimento Interno.

Parágrafo único. O Regimento Interno definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário, para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 29. A participação dos conselheiros no CMAS é de interesse público e relevante valor social e não será remunerada.

Art. 30. O controle social do SUAS no Município efetiva-se por intermédio do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e das Conferências Municipais de Assistência Social, além de outros fóruns de discussão da sociedade civil.

Art. 31. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I – elaborar, aprovar e publicar seu regimento interno;

II – convocar as Conferências Municipais de Assistência Social e acompanhar a execução de suas deliberações;

III – aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das conferências de assistência social;

IV – apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências municipais e da Política Municipal de Assistência Social;

V – aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, apresentado pelo órgão gestor da assistência social;

VI – aprovar o plano de capacitação, elaborado pelo órgão gestor;

VII – acompanhar o cumprimento das metas nacionais, estaduais e municipais do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS;

VIII – acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família-PBF;

IX – normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social de âmbito local;

X – apreciar e aprovar informações do órgão gestor municipal da Assistência Social inseridas nos sistemas nacionais e estaduais de informações referentes ao planejamento do uso dos recursos de cofinanciamento e a prestação de contas;

XI – apreciar os dados e informações inseridas pelo órgão gestor municipal da Assistência Social, unidades públicas e privadas da assistência social, nos sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre o sistema municipal de assistência social;

XII – alimentar os sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre o Conselhos Municipais de Assistência Social;

XIII – zelar pela efetivação do SUAS no Município;

XIV – zelar pela efetivação da participação da população na formulação da política e no controle da implementação;

XV – deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;

XVI – estabelecer critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais;

XVII – apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania em consonância com a Política Municipal de Assistência Social;

XVIII – acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;

XIX – fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família-IGD-PBF, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social-IGD-SUAS;

XX – planejar e deliberar sobre a aplicação dos recursos IGD-PBF e IGD-SUAS destinados às atividades de apoio técnico e operacional ao CMAS;

XXI – participar da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como do planejamento e da aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto dos recursos próprios quanto dos oriundos do Estado e da União, alocados no FMS;

XXII – aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;

XXIII – orientar e fiscalizar o FMAS;
 XXIV – divulgar, no Diário Oficial Municipal, ou em outro meio de comunicação, todas as suas decisões na forma de Resoluções, bem como as deliberações acerca da execução orçamentária e financeira do FMAS e os respectivos pareceres emitidos;

XXV – receber, apurar e dar o devido prosseguimento a denúncias;
 XXVI – estabelecer articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas setoriais e conselhos de direitos;

XXVII – realizar a inscrição das entidades e organizações de assistência social;

XXVIII – notificar fundamentadamente a entidade ou organização de assistência social no caso de indeferimento do requerimento de inscrição;

XXIX – fiscalizar as entidades e organizações de assistência social;

XXX – emitir resolução quanto às suas deliberações;

XXXI – registrar em ata as reuniões;

XXXII – instituir comissões e convidar especialistas sempre que se fizerem necessários;

XXXIII – avaliar e elaborar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados ao Município;

Art. 28. O CMAS deverá planejar suas ações de forma a garantir a consecução das suas atribuições e o exercício do controle social, primando pela efetividade e transparência das suas atividades.

Parágrafo único. O planejamento das ações do conselho deve orientar a construção do orçamento da gestão da assistência social para o apoio financeiro e técnico às funções do Conselho.

Seção II

Da Conferência Municipal de Assistência Social

Art. 32. A Conferência Municipal de Assistência Social é instância máxima de debate, de formulação e de avaliação da política pública de assistência social e definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 33. A Conferência Municipal de Assistência Social deve observar as seguintes diretrizes:

I – divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;

II – garantia da diversidade dos sujeitos participantes, inclusive da acessibilidade às pessoas com deficiência;

III – estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e para a escolha dos delegados da sociedade civil;

IV – publicidade de seus resultados;

V – determinação do modelo de acompanhamento de suas deliberações;

VI – articulação com a conferência estadual e nacional de assistência social.

Art. 34. A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada quatro anos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e extraordinariamente, a cada 2 (dois) anos, conforme deliberação da maioria dos membros do Conselho.

Seção III

Da Participação dos Usuários

Art.35. É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários no Conselho e Conferência Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os usuários são sujeitos de direitos e público da política de assistência social e os representantes de organizações de usuários são sujeitos coletivos expressos nas diversas formas de participação, nas quais esteja caracterizado o seu protagonismo direto enquanto usuário.

Art.36. O estímulo à participação dos usuários pode se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e de apoio à organização de diversos espaços tais como: fórum de debate, audiência pública, comissão de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Parágrafo único. São estratégias para garantir a presença dos usuários, dentre outras, o planejamento do conselho e do órgão gestor; ampla divulgação do processo nas unidades prestadoras de serviços; descentralização do controle social por meio de comissões regionais ou locais.

Seção IV

Da Representação do Município nas Instâncias de Negociação e Pactuação do SUAS

Art. 37. O Município é representado nas Comissões Intergestores Bipartite – CIB e Tripartite – CIT, instâncias de negociação e pactuação dos aspectos operacionais de gestão e organização do SUAS, respectivamente, em âmbito estadual e nacional, pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS.

§ 1º O CONGEMAS E COEGEMAS constituem entidades sem fins lucrativos que representam as secretarias municipais de assistência social, declarados de utilidade pública e de relevante função social, onerando o município quanto a sua associação a fim de garantir os direitos e deveres de associado.

CAPÍTULO V

DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA

Seção I

Dos Benefícios Eventuais

Art.38. Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, na forma prevista na Lei federal nº 8.742, de 1993.

Parágrafo único. Não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da integração nacional, da habitação, da segurança alimentar e das demais políticas públicas setoriais.

Art.39. Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do SUAS, devendo sua prestação observar:

I – não subordinação a contribuições prévias e vinculação a quaisquer contrapartidas;

II – desvinculação de comprovações complexas e vexatórias, que estigmatizam os beneficiários;

III – garantia de qualidade e prontidão na concessão dos benefícios;

IV – garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios eventuais;

V – ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;

VI – integração da oferta com os serviços socioassistenciais.

Art. 40. Os benefícios eventuais podem ser prestados na forma de pecúnia, bens de consumo ou prestação de serviços.

Art. 41. O público alvo para acesso aos benefícios eventuais deverá ser identificado pelo Município a partir de estudos da realidade social e diagnóstico elaborado com uso de informações disponibilizadas pela Vigilância Socioassistencial, com vistas a orientar o planejamento da oferta.

Seção II

Da Prestação de Benefícios Eventuais

Art.42 Os benefícios eventuais devem ser prestados em virtude de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública, observadas as contingências de riscos, perdas e danos a que estão sujeitos os indivíduos e famílias.

Parágrafo único. Os critérios e prazos para prestação dos benefícios eventuais devem ser estabelecidos por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme prevê o art. 22, §1º, da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art. 43 O Benefício prestado em virtude de nascimento deverá ser concedido:

I – à genitora que comprove residir no Município;

II – à família do nascituro, caso a mãe esteja impossibilitada de requerer o benefício ou tenha falecido;

III – à genitora ou família que esteja em trânsito no município e seja potencial usuária da assistência social;

IV – a genitora atendida ou acolhida em unidade de referência do SUAS.

Parágrafo único. O benefício eventual por situação de nascimento poderá ser concedido nas formas de pecúnia ou bens de consumo, ou em ambas as formas, conforme a necessidade do requerente e disponibilidade da administração pública.

Art.43. O benefício prestado em virtude de morte deverá ser concedido com o objetivo de reduzir vulnerabilidades provocadas por morte de membro da família e tem por objetivo atender as necessidades urgentes da família para enfrentar vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros.

Parágrafo único. O benefício eventual por morte poderá ser concedido conforme a necessidade do requerente e o que indicar o trabalho social com a família.

Art.44 O benefício prestado em virtude de vulnerabilidade temporária será destinado à família ou ao indivíduo visando minimizar situações de riscos, perdas e danos, decorrentes de contingências sociais, e deve integrar-se à oferta dos serviços socioassistenciais, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção comunitária.

Parágrafo único. O benefício será concedido na forma de pecúnia ou bens de consumo, em caráter temporário, sendo o seu valor e duração definidos de acordo com o grau de complexidade da situação de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos, identificados nos processo de atendimento dos serviços.

Art.45 A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I – riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II – perdas: privação de bens e de segurança material;

III – danos: agravos sociais e ofensa;

Parágrafo único. Os riscos, perdas e danos podem decorrer de:

I – ausência de documentação;

II – necessidade de mobilidade intraurbana para garantia de acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais;

III – necessidade de passagem para outra unidade da Federação, com vistas a garantir a convivência familiar e comunitária;

IV – ocorrência de violência física, psicológica ou exploração sexual no âmbito familiar ou ofensa à integridade física do indivíduo;

V – perda circunstancial ocasionada pela ruptura de vínculos familiares e comunitários;

VI – processo de reintegração familiar e comunitária de pessoas idosas, com deficiência ou em situação de rua; crianças, adolescentes, mulheres em situação de violência e famílias que se encontram em cumprimento de medida protetiva;

VII – ausência ou limitação de autonomia, de capacidade, de condições

ou de meios próprios da família para prover as necessidades alimentares de seus membros;

Art.46 Os benefícios eventuais prestados em virtude de desastre ou calamidade pública constituem-se provisão suplementar e provisória de assistência social para garantir meios necessários à sobrevivência da família e do indivíduo, com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia familiar e pessoal.

Art.47 As situações de calamidade pública e desastre caracterizam-se por eventos anormais, decorrentes de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, secas, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, os quais causem sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes, e outras situações imprevistas ou decorrentes de caso fortuito.

Parágrafo único. O benefício será concedido na forma de pecúnia ou bens de consumo, em caráter provisório e suplementar, sendo seu valor fixado de acordo com o grau de complexidade do atendimento de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos afetados.

Art.48 Ato normativo editado pelo Poder Executivo Municipal disporá sobre os procedimentos e fluxos de oferta na prestação dos benefícios eventuais.

Seção III

Dos Recursos Orçamentários para Oferta de Benefícios Eventuais

Art.49 As despesas decorrentes da execução dos benefícios eventuais serão providas por meio de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As despesas com Benefícios Eventuais devem ser previstas anualmente na Lei Orçamentária Anual do Município - LOA.

Seção IV

Dos Serviços

Art.50 Serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 8.742, de 1993, e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Seção V

Dos Programas de Assistência Social

Art. 51. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

§ 1º Os programas serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidas a Lei Federal nº 8.742, de 1993, e as demais normas gerais do SUAS, com prioridade para a inserção profissional e social.

§ 2º Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Seção VI

Dos Projetos de Enfrentamento a Pobreza

Art.52. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social a grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Seção VII

Da Relação com as Entidades e Organizações de Assistência Social

Art.53 São entidades ou organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742, de 1993, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art.54 As entidades e organizações de assistência social e os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social para que obtenha a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Art.55 Constituem critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais:

- I – executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;
- II – assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
- III – garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- IV – garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art.56 As entidades e organizações de assistência social no ato da inscrição demonstrarão:

- I – ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;
- II – aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- III – elaborar plano de ação anual;
- IV – ter expresso em seu relatório de atividades:
 - a) finalidades estatutárias;

- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistencial executado.

Parágrafo único. Os pedidos de inscrição observarão as seguintes etapas de análise:

- I – análise documental;
- II – visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;
- III – elaboração do parecer da Comissão;
- IV – pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;
- V – publicação da decisão plenária;
- VI – emissão do comprovante;
- VII – notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício.

CAPÍTULO VI

DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art.57 O financiamento da Política Municipal de Assistência Social é previsto e executado através dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O orçamento da assistência social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual, devendo os recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social serem voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art.58 Caberá ao órgão gestor da assistência social responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo Municipal de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Parágrafo único. Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

Seção I

Do Fundo Municipal de Assistência Social

Art.59 O Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, criado pela Lei Municipal nº 807, de 28 de maio de 1997, é o fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, que tem o objetivo de proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art.60 Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS:

- I – recursos provenientes da transferência dos fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;
- II – dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;
- III – doações, auxílios, contribuições, subvenções de organizações internacionais e nacionais, Governamentais e não Governamentais;
- IV – receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei;
- V – as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o FMAS terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor.

- VI – produtos de convênios firmados com outras entidades financiadoras;
- VII – doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;
- VIII – outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§1º A dotação orçamentária prevista para o Fundo Municipal de Assistência Social será automaticamente transferida a sua conta, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§2º Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sobre a denominação – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

§3º As contas recebedoras dos recursos do cofinanciamento federal das ações socioassistenciais serão abertas pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

Art.61 O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 62. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS serão aplicados em:

- I – financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de assistência social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania ou por Órgão conveniado;
- II – em parcerias entre poder público e entidades ou organizações de assistência social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistencial específicos;
- III – aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos

necessários ao desenvolvimento das ações socioassistenciais;

IV – construção reforma ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;

V – desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

VI – pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

VII – pagamento de profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Art.63. O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, observando o disposto nesta Lei.

Art.64 O Poder Executivo regulamentará por meio de Decreto, os requisitos e critérios para a consecução dos objetivos dispostos neste diploma legal.

Art.65 Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art.66 Revogam-se as disposições em contrário.

São Gonçalo do Amarante/RN, 07 de julho de 2020.

199º da Independência e 132º da República.

PAULO EMÍDIO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

*Republicada por incorreção

DECRETO 1.230, DE 13 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre a suspensão dos contratos de Bolsa Estágio dos estagiários da Secretaria de Educação deste município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no artigo 69, parágrafo primeiro, XI, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a situação epidemiológica mundial e brasileira e a declaração de situação de PANDEMIA pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO o complexo contexto econômico estadual e municipal decorrente do aumento de despesa e a frustração da receita fiscal, em razão da pandemia pelo Covid-19, bem como das medidas de enfrentamento e prevenção ao vírus pela União, Governo do Estado do Rio Grande do Norte e Município;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar o planejamento e os meios de controle, reduzir despesas, otimizar custos e minimizar eventuais impactos negativos ao Erário em decorrência da execução de contratos temporários não essenciais;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 5º do Decreto nº 1.182, de 17 de março de 2020, as aulas presenciais do Sistema Municipal de Educação estão suspensas;

CONSIDERANDO a contínua necessidade em torno da manutenção do equilíbrio das contas públicas, a organização do quadro funcional e a responsabilidade fiscal, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000;

DECRETA:

Art.1º. Ficam suspensos por prazo indeterminado, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, todos os Termos de Compromisso de Bolsa-estágio relativos a estudantes/estagiários, até retorno das aulas de forma presencial.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 3 de julho do corrente ano, revogando-se as disposições em contrário.

São Gonçalo do Amarante/RN, 13 de julho de 2020.

199º da Independência e 132º da República.

PAULO EMÍDIO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

OTHON MILITÃO JÚNIOR
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 415/2020, de 13 de julho de 2020.

Nomeia os membros que compõem o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Nomear os membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB para o Biênio 2020/2022, conforme abaixo relacionado:

I-Representantes de Pais de Alunos da Educação Básica:

Titular: Célia Maria da Silva

Suplente: Regina Lúcia Oliveira da Costa

Titular: Dileni Lopes Oliveira de Sousa

Suplente: Francisca Moreira da Silva

II-Representantes de Estudantes da Educação Básica Pública:

Titular: Ammerson Rodrigo Cruz do Nascimento

Suplente: Ana Julia Silva de Lima

Titular: Maria José Pereira Cardoso

Suplente: Welson David de Souza Silva

III-Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Laureana Martins dos Santos

Suplente: Maria Isabel Silva Rodrigues

IV-Representantes de Professores da Educação Básica Pública:

Titular: Maria Socorro da Silva Oliveira

Suplente: Francisco Reginaldo Alves de Souza

V-Representantes de Diretores das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Francisca da Silva Rodrigues

Suplente: Rejane Ferreira Andrade da Silva.

VI-Representantes de Servidores Técnico-Administrativos das Escolas

Básicas Públicas:

Titular: Anderson de Oliveira Lopes

Suplente: Jeane Dantas do Nascimento

VII-Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Lidiane Nascimento Nunes

Suplente: Genildo Benedito da Silva

VIII-Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: José Francisco da Costa

Suplente: Ana Carla Pereira de Souza

IX-Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Claudia Maria Varela da Silva Marinho

Suplente: Cleanto Marques da Silva

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 05 de julho de 2020.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante/RN, Gabinete do Prefeito, em 13 de julho de 2020.

PAULO EMÍDIO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA 416/2020, de 13 de julho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Lei Orgânica do Município e, em observância à Lei Complementar Municipal 69/2015, que dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo do Município de São Gonçalo do Amarante,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar EMERSON TEIXEIRA COELHO do cargo de Assistente Técnico Operacional da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante/RN, Gabinete do Prefeito, em 13 de julho de 2020.

PAULO EMÍDIO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA 417/2020, de 13 de julho de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Lei Orgânica do Município e, em observância à Lei Complementar Municipal 69/2015, que dispõe sobre a reestruturação organizacional do Poder Executivo do Município de São Gonçalo do Amarante,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear JONAS PATRÍCIO DA SILVA para o cargo de Assistente Técnico Operacional da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante/RN, Gabinete do Prefeito, em 13 de julho de 2020.

PAULO EMÍDIO DE MEDEIROS
 Prefeito Municipal

EXECUTIVO/LICITAÇÃO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 614/2019

CONTRATANTE: Município de São Gonçalo do Amarante/RN – Secretaria Municipal de Infraestrutura, CNPJ n.º 08.079.402/0001-35.

CONTRATADA: ENGMAQ LOCAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, CNPJ n.º 05.831.917/0001-51.

OBJETO: O presente instrumento tem como objeto o reajuste do valor pago referente a 4.ª medição relacionada no Memorando n.º 3.084/2020, calculado com base no permissivo da Cláusula 16.ª do Contrato Administrativo pela Engenheira Civil Maria Camila de Araújo matrícula 12087, no importe de R\$ 4.614,30 (três mil, seiscentos e quatorze reais e trinta centavos), de conformidade com os cálculos inseridos nos autos. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 8.666/93, art. 65, § 8.º.

DATADAASSINATURA: 30 de junho de 2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio José Almeida Barbosa – pelo Contratante, e Harlington Luiz Avelino Pinheiro – pela Contratada.

São Gonçalo do Amarante/RN, 30 de junho de 2020.
 MÁRCIO JOSÉ ALMEIDA BARBOSA
 Secretário Mun. de Infraestrutura

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 111/2015.

CONTRATANTE: Município de São Gonçalo do Amarante/RN – Secretaria Municipal Comunicação Social e Eventos, CNPJ n.º 08.079.402/0001-35.

CONTRATADA: MARCA PROPAGANDA E MARKETING LTDA, CNPJ n.º 06.110.037/0001-59.

OBJETO: O presente instrumento tem como objeto a alteração da Cláusula 7.ª, para prorrogar a vigência por mais 90 (noventa) dias, a contar de 30 de junho indo até 30 de setembro de 2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, especificamente no art. 57, inciso II c/c a Cláusula 6.ª do Contrato Administrativo.

DATADAASSINATURA: 30 de junho de 2020.

SIGNATÁRIOS: Rodolfo Ramon Monteiro da Silva Santos – pelo Contratante, e José Ivan Neves Fernandes – pela Contratada.

São Gonçalo do Amarante/RN, 30 de junho de 2020.
 RODOLFO RAMON MONTEIRO DA SILVA SANTOS
 Secretário Municipal de Comunicação Social e Eventos

AVISO DE LICITAÇÃO ELETRÔNICO N.º 025/2020

O Pregoeiro da PMSGAR/RN, torna público, que no próximo dia 17 de julho de 2020, às 08:00 horas, fará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo “menor preço”, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO POR ITEM, visando a confecção de Ata de Registro de Preços com a contratação de empresa com fornecimento de equipamento hospitalar, conforme as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital de convocação. Os interessados em obter o edital e seus anexos deverão consultar o site: www.saogoncalo.rn.gov.br, na aba de Licitações.

São Gonçalo do Amarante, 10 de julho de 2020.
 RAIMUNDO NONATO DANTAS DE MEDEIROS
 PREGOEIRO

EXECUTIVO/CULTURA

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM N.º 2000004512.375

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital n.º 006/2020 e outros documentos em anexo.

PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).

PATROCINADO: PROPONENTE: LUDIMILLE GABRIELLE GOMES LUCAS, - PROJETO: DESVENDANDO OS MISTERIOS DO BICHO TERRA. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.

LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira
 Presidente da Fundação cultural dona Militana
 *REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM N.º 2000004512.376

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital n.º 006/2020 e outros documentos em anexo.

PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).

PATROCINADO: PROPONENTE: MAX WILLIAN TEODORO ROMAO, - PROJETO: EXODIA MUSIC. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.

LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira
 Presidente da Fundação cultural dona Militana
 *REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM N.º 2000004512.377

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital n.º 006/2020 e outros documentos em anexo.

PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).

PATROCINADO: PROPONENTE: MAYKON ANTONIO CAVALCANTE DE OLIVEIRA, - PROJETO: TEATRO, ARTE E EDUCAÇÃO. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.

LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira
 Presidente da Fundação cultural dona Militana
 *REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM N.º 2000004512.378

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital n.º 006/2020 e outros documentos em anexo.

PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).

PATROCINADO: PROPONENTE: VALDINEI TEIXEIRA FEITOSA, - PROJETO: PERCUSSÃO NO TEATRO - UMA VIAGEM SONORA PELOS BASTIDORES DA SONOPLASTIA. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.

LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira
 Presidente da Fundação cultural dona Militana
 *REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.351

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.

PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).

PATROCINADO: PROPONENTE: ALEXANDRE AUGUSTO DE JESUS ANTAS, - PROJETO: Elas, ellos, e eles - Primeira Perspectiva do Abismo. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.

LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020]

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira

Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.352

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.

PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).

PATROCINADO: PROPONENTE: ARTHUR DE OLIVEIRA BEZERRA, - PROJETO: DANÇANDO EM CASA. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.

LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira

Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.353

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.

PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).

PATROCINADO: PROPONENTE: DEUTERONOMIO ANDRADE DO AMARAL, - PROJETO: ALLAN ANDRADE CANTA O AMOR. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.

LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira

Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.354

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.

PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).

PATROCINADO: PROPONENTE: EWERTON MARTINS DA COSTA, - PROJETO: VETO SHOW EM FAMÍLIA. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.

LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira

Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.355

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.

PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).

PATROCINADO: PROPONENTE: FRANCISCO LINDOMAR DE SOUZA DALAVINA, - PROJETO: SÃO JOÃO EM CASA. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.

LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira

Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.356

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.

PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).

PATROCINADO: PROPONENTE: GILDERLAN DE LIMALOPES, - PROJETO: GILEM CASA. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.

LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira

Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.357

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.

PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).

PATROCINADO: PROPONENTE: HELENICE ALEXSANDRA FERREIRA, - PROJETO: ALEXANDRA E ERTESANATO LUCRATIVO. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.

LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira

Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.358

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.

PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).

PATROCINADO: PROPONENTE: JOÃO MARIA MARTINS DE SOUZA, - PROJETO: BASTIDORES DANOSSAARTE. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.

LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira

Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.359

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.
 PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).
 PATROCINADO: PROPONENTE: NATANAEL SILVA DO NASCIMENTO, - PROJETO: NASCIMENTO DO DEUS OSETURA. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.
 LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira
 Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.360

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.
 PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).
 PATROCINADO: PROPONENTE: SIDCLEI FIGUEROA DOS SANTOS RODRIGUES, - PROJETO: PEQUENOS PINTORES. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.
 LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira
 Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.361

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.
 PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).
 PATROCINADO: PROPONENTE: THASIO IGOR DO NASCIMENTO DIAS, - PROJETO: ELVIS TIENE LA CULPA. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.
 LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira
 Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.362

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.
 PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).
 PATROCINADO: PROPONENTE: CRISTIANE DO NASCIMENTO MEDEIROS, - PROJETO: HISTÓRIAS DO TEATRO SACRO. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.
 LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira
 Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.363

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.
 PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).
 PATROCINADO: PROPONENTE: DANIEL BORGES DA SILVA, - PROJETO: SHOW KIDS. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.
 LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira
 Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.364

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.
 PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).
 PATROCINADO: PROPONENTE: FRANCINALDO SILVA DE LIMA, - PROJETO: GONÇALINOS* EM TONS E VERSOS. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.
 LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira
 Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.365

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.
 PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).
 PATROCINADO: PROPONENTE: FRANCISCO FRANCILUCIO DOS SANTOS SILVA, - PROJETO: CENA DA CENOGRAFIA NA PALMA DA MÃO. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.
 LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira
 Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.366

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.
 PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).
 PATROCINADO: PROPONENTE: GLAUCIO TEIXEIRA DA CAMARA, - PROJETO: PAPO DE MESTRE “MEMÓRIAS DO CONGADO/SGA. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.
 LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira
 Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.367

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.
 PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).
 PATROCINADO: PROPONENTE: GLEYCIENE CANDIDO DA ROCHA, - PROJETO: A MOÇA QUE DANÇOU DEPOIS DE MORTA. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.
 LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira

Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.368

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.
 PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).
 PATROCINADO: PROPONENTE: IRANILSON RODRIGUES DA SILVA, - PROJETO: SÃO JOÃO DO POVO. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.
 LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira

Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.369

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.
 PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).
 PATROCINADO: PROPONENTE: ISMAEL FRANÇA DE OLIVEIRA, - PROJETO FINOS DANCE. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.
 LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira

Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.370

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.
 PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).
 PATROCINADO: PROPONENTE: ISNAILDA FERNADES DOS SANTOS FREITAS, - PROJETO: ZUMBA SÃO JOÃO EM CASA. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.
 LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira

Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.371

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.
 PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).
 PATROCINADO: PROPONENTE: JALISON COSTA DE MENEZES, - PROJETO: NORDESTE EM CASA. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.
 LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira

Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.372

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.
 PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).
 PATROCINADO: PROPONENTE: JANIO BARBOSA DE FRANÇA, - PROJETO: A HORA DE CLARICE. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.
 LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020

Maria Miris Barbosa de Oliveira

Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.373

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.
 PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).
 PATROCINADO: PROPONENTE: JOÃO VITOR DE AMORIM NETO, - PROJETO: TRIBUTO AADEMILDE FONSECA. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.
 LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020

Maria Miris Barbosa de Oliveira

Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.374

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.
 PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).
 PATROCINADO: PROPONENTE: JOSENILDO CAMPOS DE OLIVEIRA, - PROJETO: ARTE EM MOSAICO ON-LINE. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.
 LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020
 Maria Miris Barbosa de Oliveira

Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO FMC/FCDM Nº 2000004512.379

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o regramento da utilização do prêmio recebido por meio do EDITAL PÚBLICO SIMPLIFICADO 006/2020 – “CULTURA ITINERANTE NA REDE”, destinado para ações previstas nos projetos selecionados. Que entre si celebram a prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, através da Fundação Cultural Dona Militana ou a quem suceder doravante denominada de PATROCINADORA e do outro lado todos o proponente relacionado doravante denominado de PATROCINADO, mediante condições expostas nas Cláusulas do Termo do edital nº 006/2020 e outros documentos em anexo.

PATROCINADORA: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (FUNDAÇÃO CULTURAL DONA MILITANA).

PATROCINADO: PROPONENTE: VIVIANE DE SOUSA PINHEIRO NUNES, - PROJETO: GINGADO RIO. VALOR: R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.

LICITAÇÃO: Chamamento Público 006/2020

São Gonçalo do Amarante: 25 de Junho de 2020

Maria Miris Barbosa de Oliveira

Presidente da Fundação cultural dona Militana

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXECUTIVO/EDUCAÇÃO**PORTARIA nº002/2020/GS/SME/SGA/RN de 06 de julho de 2020**

Alteram-se os termos da Portaria nº 01/2020/GS/SGA/RN de 10 de janeiro de 2020, publicada no Jornal Oficial do Município em 10 de janeiro de 2020, que designa servidores da Administração Pública para compor a COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE MATERIAIS no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo do Amarante/RN, na forma a seguir:

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN, no uso das suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o que regulamenta o Decreto Executivo nº 806/2018, de 25 de janeiro de 2018, publicado na Edição nº 019, ano XII, do Jornal Oficial do Município, datada de 26 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO o que a Resolução nº 032/2016-TCE dispõe sobre a ordem cronológica de pagamentos dos contratos firmados pelas Unidades Gestoras e a necessidade desta Secretaria de Educação normatizar os procedimentos de certificação dos seus contratos e, por fim,

CONSIDERANDO a necessidade de criar uma Comissão com o objetivo de certificar em cada nota fiscal ou fatura a realização do serviço ou recebimento do bem;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores da Administração Pública Municipal, abaixo relacionados, para compor a COMISSÃO DE CERTIFICAÇÃO NO RECEBIMENTO DE MATERIAIS/BENS OU REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS, para atuarem em todos os contratos celebrados no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo do Amarante/RN:

1. Gestor do Contrato (responsável pelo atesto de liquidação): Othon Militão Júnior, matrícula nº 19723 – cargo: Secretário de Educação;

2. Responsáveis pelo certidão (fiscal do contrato) de aquisição de materiais de consumo, tais como: mat. Expediente, limpeza, equipamento e material permanente, e fardamento escolar dentre outros:

José de Arimatéia de Souza Luna, matrícula nº 6978, cargo: assistente ou JUÇARA DA SILVA MONTEIRO VARELA, matrícula nº 19602, cargo: subcoordenadora;

3. Responsável pelo certidão (fiscal do contrato) de prestação de serviços de contas fixas, tais como: água, energia, alugueis de imóveis, vale transporte, mão de obra terceirizada e outros:

Ana Cristina de Oliveira – matrícula nº 5935 cargo: Auxiliar de Secretaria;

4. Responsável pelo certidão (fiscal do contrato) de prestação de serviços de combustíveis, transporte escolar, manutenção preventiva e corretiva de veículos, e outros: Alexandre dos Santos Silva, matrícula nº 6721, cargo: Chefia de Gabinete;

5. Responsável pelo certidão (fiscal do contrato) de material de construção, reforma, obras e outros.

Gesinele Bevenuto da Silva, matrícula nº 10673 – Cargo: Coordenadora de Orçamento e Financeiro;

6. Responsável pelo certidão (fiscal do contrato) de Gêneros Alimentícios: Davalci Pinheiro Justino, matrícula nº 10670, Cargo: Coordenadora de Logística e Distribuição de Produtos na Escola ou Deise Maria Rocha de Lima, matrícula nº 19830, Cargo: Coordenadora de Controle de Qualidade da Alimentação Escolar.

Art. 2º - Fica AUTORIZADO o responsável pela Secretária Extraordinária de Licitação, Contratos, Compras e Convênios a incluir em cláusulas específicas, nos contratos vigentes e futuros, oriundos desta secretaria, enquanto não houver mudança do responsável legal pela secretaria, relativas as informações supracitadas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

OTHON MILITÃO JÚNIOR
SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

*Republicado por incorreção

EXECUTIVO/ASSISTÊNCIA SOCIAL**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2020 - SEMTASC**

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (SEMTASC), no uso de suas atribuições legais e amparado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, que autoriza a contratação por tempo determinado de servidores públicos para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público; pela Emenda Constitucional nº 106, de 07 de maio de 2020, que institui contratações de servidores para o enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e pela Lei Municipal nº. 803/1997, com vistas, à contratação por prazo determinado de excepcional interesse público. Art. 1º. Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados a comparecer a Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania, localizada na Rua Alexandre Cavalcante, 726 – Centro – São Gonçalo do Amarante/RN, Fone: 3278-3341, no horário das 9 às 15 horas, no setor de RH e no prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação deste EDITAL DE CONVOCACAO, obrigatoriamente munido de todos os documentos comprobatórios conforme especificação abaixo:

a) Documento de Identificação com foto, dentro da validade;

b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);

c) Comprovante da situação do CPF, obtida junto a Secretaria da Receita

Federal

d) Certidão de que está quite com as obrigações financeiras do exercício em vigor no momento da contratação, devidamente comprovado com a documentação exigida, quando o Conselho de Classe for exigido;

e) PIS/PASEP;

f) Carteira de trabalho e previdência social

g) Título de eleitor;

h) Certidão de quitação eleitoral;

i) Comprovante de residência atualizado;

j) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;

k) Certidão negativa de antecedentes criminais federal e estadual

l) Cópia do Registro Profissional carteira do conselho e Comprovante de regularidade junto ao Conselho Regional de sua categoria;

m) Conta bancária da Caixa Econômica Federal;

n) Cópia do diploma de graduação ou certificado de conclusão do ensino médio ou declaração de conclusão do curso para o cargo pretendido;

o) 02 (duas) fotografias 3 x 4 (iguais). Não serão aceitas fotografias reproduzidas por scanners ou qualquer meio eletrônico semelhante;

p) Gozar de direitos políticos;

NÍVEL SUPERIOR- PEDAGOGO

Classificação	Número de Inscrição	Nome completo
2	1593092659	ANA KILSA DE MELO BATISTA
3	1593434839	BRUNA DAYANE SANTOS OLIVEIRA

Publique-se para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Gabinete do Secretário da Secretaria municipal do Trabalho, Assistência Social e Cidadania Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte, em 13 de julho de 2020.

Antonio Dantas Neto
Secretário

EDITAIS**1º OFÍCIO DE NOTAS DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE**

João França da Silva Júnior

Tabelião/Oficial de Registro

Heloyla Helena Maia Paulino

Sibely Mayara Medeiros de Sousa

Substitutas

Rua Do Largo, nº 11, Amarante – São Gonçalo do Amarante.

Telefone: (84) 3164-0167

EDITAL DE USUCAPIÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, O Dr. João França da Silva Junior, Oficial de Registro de Imóveis do Primeiro Ofício de Notas de São Gonçalo do Amarante/RN, na forma da lei 6.015/01973 bem como em conformidade ao disposto no artigo 1.071 e seguinte do NCPC, faz saber a tantos quantos este edital

virem ou dele conhecimento tiverem, que foi protocolado nesta Serventia em 03/07/2020, sob o nº 64.783, o requerimento pelo qual BOA UNIÃO PARTICIPAÇÕES S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 12.901.844/0001-92, com sede no Sítio Boa União, s/n, Guaramiranga/CE, CEP 62.766-000, neste ato representada por seu sócio JOSÉ JOAQUIM DE ALMEIDA NETO, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de Identidade nº 000.974.854-SSP/RN, e inscrito no CPF sob o nº 041.507.913-68, residente e domiciliado na Rua Oito de Setembro, nº 1000, apto. 600, Varjota, Fortaleza/CE, CEP: 60.715-210, solicitou o reconhecimento do direito de propriedade através da Usucapião extrajudicial, nos termos do art. 216-A, da Lei n. 6.015/1973, autuado sob protocolo 64.733 de 01/07/2020, do imóvel urbano constante de um Terreno medindo em sua totalidade 132.470,80m², limitando-se ao Norte com a AVENIDA LUIZ FLORÊNCIO DA COSTA, (lado Direito), com 328,19m, e VALDIR CORTEZ DE ALMEIDA, medindo 89,29m, e HERDEIROS DE JOSÉ INÁCIO SOBRINHO (Rodrigo Estevam Inácio), com 177,30m, ao Sul, com RUA PROJETADA, (lado Esquerdo), com 286,32m, JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA FILHO, com 130,01m, ao Leste, com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR-101 NORTE (ANTIGA RN-160), (Frente), com 369,69m e a Oeste, com LUIZ GONZAGA CAMPELO, (fundos), com 217,32m, HERDEIROS DE JOSÉ INÁCIO SOBRINHO, com 96,16m, JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA NETO, com 37,76m, JOÃO MARIA NASCIMENTO DOS SANTOS, com 37,76m e JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA FILHO, com 37,76m, e ALEXANDRO QUERINO DE FRANÇA, com 98,14m. Tudo conforme mapa e memorial descritivo elaborados pelo engenheiro responsável GEOVANI ALVES – Técnico em Estradas – CFT nº 210150355-7, TRT OBRA/ SERVIÇO nº BR20190180416. Assim sendo, ficam intimados terceiros eventualmente interessados e titulares de direitos reais e de outros direitos em relação ao pedido, apresentando impugnação escrita perante o Oficial de Registro de Imóveis, com as razões de sua discordância em 15 (quinze) dias corridos a contar da publicação deste, ciente de que, caso não contestado presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelos Requerentes, sendo reconhecida a usucapião extrajudicial, com o competente registro conforme determina a Lei. Dada e passada nesta cidade de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Rio Grande do Norte, aos dez dias do mês de Junho de dois mil e vinte. Certifico que os emolumentos foram recolhidos R\$ 92,23; Taxa Fiscalização R\$ 24,09; FCRCPN R\$ 9,22; ISS R\$ 4,61 = TOTAL: R\$ 130,15 e FDJ Guia nº 7000003814512, Código nº 26630 R\$19,90. Eu, _____ Emanuel Freitas de Araújo, Escrevente, que a digitei, encerrando este ato.

São Gonçalo do Amarante/RN, 10 de Julho de 2020.

João França da Silva Júnior
 Tabelião / Oficial de registro

1º OFÍCIO DE NOTAS DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

João França da Silva Júnior
 Tabelião/Oficial de Registro
 Heloysa Helena Maia Paulino
 Sibely Mayara Medeiros de Sousa
 Substitutas
 Rua Do Largo, nº 11, Amarante – São Gonçalo do Amarante.
 Telefone: (84) 3164-0167

EDITAL DE USUCAPIÃO

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE JOÃO MARIA NASCIMENTO DOS SANTOS E TERCEIROS, COM PRAZO DE 15 DIAS

FAÇO SABER a todos quantos o presente edital virem, ou interessar possa, e dele conhecimento tiverem, na forma do art. 216-A, da lei 6.015/01973, em especial a JOÃO MARIA NASCIMENTO DOS SANTOS, que corre perante este Serviço de Registro de Imóveis, que funciona na Rua do Largo, nº 11 – Bairro Amarante, no horário de 08h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião sob a modalidade ordinária, autuado sob o nº 64.733, em 01/07/2020, com tempo de posse de 30 anos, registrado em 12 de julho de 1990, registrado em favor da empresa COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO NORTE – CDI – RN, vendendo para a empresa MARCOTEX S/A INDUSTRIA TEXTIL, em 05 de maio de 1998, passando para a Outorgada Promissária Cessionária a empresa T&A CONSTRUÇÕES LTDA, e CEDENDO o direito de posse em 16/06/2020 para BOA UNIÃO PARTICIPAÇÕES S.A., tendo por objeto o imóvel assim se descreve e caracteriza: imóvel urbano constante de um Terreno medindo em sua totalidade 132.470,80m², limitando-se ao Norte com a AVENIDA LUIZ FLORÊNCIO DA COSTA, (lado Direito), com 328,19m, e VALDIR CORTEZ DE ALMEIDA, medindo 89,29m, e HERDEIROS DE JOSÉ INÁCIO SOBRINHO (Rodrigo Estevam Inácio), com 177,30m, ao Sul, com RUA PROJETADA, (lado Esquerdo), com 286,32m, JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA FILHO, com 130,01m, ao Leste, com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR-101 NORTE (ANTIGA RN-160), (Frente), com 369,69m e a Oeste, com LUIZ GONZAGA CAMPELO, (fundos), com 217,32m, HERDEIROS DE JOSÉ INÁCIO SOBRINHO, com 96,16m, JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA NETO, com 37,76m, JOÃO MARIA NASCIMENTO DOS SANTOS, com 37,76m e JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA FILHO, com 37,76m, e ALEXANDRO QUERINO DE FRANÇA, com 98,14m. Referido imóvel é objeto da matrícula nº 12.458 do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Notas de São Gonçalo do amarante/RN, que consta como possuidor a empresa BOA UNIÃO PARTICIPAÇÕES S.A., sendo confinantes Valdir Cortez de Almeida, herdeiros de José Inácio Sobrinho, José Saraiva de Oliveira Filho, Luiz Gonzaga Campelo, José Saraiva

de Oliveira Neto, João Maria Nascimento dos Santos, José Saraiva de Oliveira Filho e Alexandre Querino de França. Foram realizada 03 (três) diligências no endereço do Sr. JOÃO MARIA NASCIMENTO DOS SANTOS, foi constatado que o destinatário se encontrava em local incerto e não sabido, na primeira tentativa realizada no dia 24/04/2020, às 15h05min, não foi localizado no endereço, na segunda tentativa realizada no dia 19/06/2020, às 11h30min, novamente não localizado no endereço e na terceira tentativa no dia 22/06/2020, às 11h30min, novamente não encontrado no endereço. O requerimento e a documentação completa que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados durante o prazo de quinze dias para o exame e impugnação, o que, não ocorrendo, será tomando como anuência ao pedido, e ensejará o imediato registro da usucapião, como previsto no art. 216-A, § 6º, da Lei nº 6.015/1973. E, para que chegue ao conhecimento de todos e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado em jornal de grande circulação, para a ciência de terceiro eventualmente interessado, que poderão se manifestar em 15 (quinze) dias. Dada e passada nesta cidade de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Rio Grande do Norte, aos dez dias do mês de Julho de dois mil e vinte. Certifico que os emolumentos foram recolhidos R\$ 92,23; Taxa Fiscalização R\$ 24,09; FCRCPN R\$ 9,22; ISS R\$ 4,61 = TOTAL: R\$ 130,15 e FDJ Guia nº 7000003814512, Código nº 26630 R\$19,90. Eu, _____ Emanuel Freitas de Araújo, Escrevente, que a digitei, encerrando este ato.

São Gonçalo do Amarante/RN, 10 de Julho de 2020.

João França da Silva Júnior
 Tabelião / Oficial de registro

1º OFÍCIO DE NOTAS DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

João França da Silva Júnior
 Tabelião/Oficial de Registro
 Heloysa Helena Maia Paulino
 Sibely Mayara Medeiros de Sousa
 Substitutas
 Rua Do Largo, nº 11, Amarante – São Gonçalo do Amarante.
 Telefone: (84) 3164-0167

EDITAL DE USUCAPIÃO

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE LUIZ GONZAGA CAMPELO E TERCEIROS, COM PRAZO DE 15 DIAS

FAÇO SABER a todos quantos o presente edital virem, ou interessar possa, e dele conhecimento tiverem, na forma do art. 216-A, da lei 6.015/01973, em especial a LUIZ GONZAGA CAMPELO, que corre perante este Serviço de Registro de Imóveis, que funciona na Rua do Largo, nº 11 – Bairro Amarante, no horário de 08h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião sob a modalidade ordinária, autuado sob o nº 64.733, em 01/07/2020, com tempo de posse de 30 anos, registrado em 12 de julho de 1990, registrado em favor da empresa COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO NORTE – CDI – RN, vendendo para a empresa MARCOTEX S/A INDUSTRIA TEXTIL, em 05 de maio de 1998, passando para a Outorgada Promissária Cessionária a empresa T&A CONSTRUÇÕES LTDA, e CEDENDO o direito de posse em 16/06/2020 para BOA UNIÃO PARTICIPAÇÕES S.A., tendo por objeto o imóvel assim se descreve e caracteriza: imóvel urbano constante de um Terreno medindo em sua totalidade 132.470,80m², limitando-se ao Norte com a AVENIDA LUIZ FLORÊNCIO DA COSTA, (lado Direito), com 328,19m, e VALDIR CORTEZ DE ALMEIDA, medindo 89,29m, e HERDEIROS DE JOSÉ INÁCIO SOBRINHO (Rodrigo Estevam Inácio), com 177,30m, ao Sul, com RUA PROJETADA, (lado Esquerdo), com 286,32m, JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA FILHO, com 130,01m, ao Leste, com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR-101 NORTE (ANTIGA RN-160), (Frente), com 369,69m e a Oeste, com LUIZ GONZAGA CAMPELO, (fundos), com 217,32m, HERDEIROS DE JOSÉ INÁCIO SOBRINHO, com 96,16m, JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA NETO, com 37,76m, JOÃO MARIA NASCIMENTO DOS SANTOS, com 37,76m e JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA FILHO, com 37,76m, e ALEXANDRO QUERINO DE FRANÇA, com 98,14m. Referido imóvel é objeto da matrícula nº 12.458 do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Notas de São Gonçalo do amarante/RN, que consta como possuidor a empresa BOA UNIÃO PARTICIPAÇÕES S.A., sendo confinantes Valdir Cortez de Almeida, herdeiros de José Inácio Sobrinho, José Saraiva de Oliveira Filho, Luiz Gonzaga Campelo, José Saraiva de Oliveira Neto, João Maria Nascimento dos Santos, José Saraiva de Oliveira Filho e Alexandre Querino de França. Foram realizada 03 (três) diligências no endereço do Sr. LUIZ GONZAGA CAMPELO, foi constatado que o destinatário se encontrava em local incerto e não sabido, na primeira tentativa realizada no dia 24/04/2020, às 15h05min, não foi localizado no endereço, na segunda tentativa realizada no dia 19/06/2020, às 11h30min, novamente não localizado no endereço e na terceira tentativa no dia 22/06/2020, às 11h30min, novamente não encontrado no endereço. O requerimento e a documentação completa que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados durante o prazo de quinze dias para o exame e impugnação, o que, não ocorrendo, será tomando como anuência ao pedido, e ensejará o imediato registro da usucapião, como previsto no art. 216-A, § 6º, da Lei nº 6.015/1973. E, para que chegue ao conhecimento de todos e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado em jornal de grande circulação, para a ciência de

terceiro eventualmente interessado, que poderão se manifestar em 15 (quinze) dias. Dada e passada nesta cidade de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Rio Grande do Norte, aos dez dias do mês de Julho de dois mil e vinte. Certifico que os emolumentos foram recolhidos R\$ 92,23; Taxa Fiscalização R\$ 24,09; FCRCPN R\$ 9,22; ISS R\$ 4,61 = TOTAL: R\$ 130,15 e FDJ Guia nº 7000003814512, Código nº 26630 R\$19,90. Eu, _____ Emanuel Freitas de Araújo, Escrevente, que a digitei, encerrando este ato.

São Gonçalo do Amarante/RN, 10 de Julho de 2020.
 João França da Silva Júnior
 Tabelião / Oficial de registro

1º OFÍCIO DE NOTAS DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

João França da Silva Júnior
Tabelião/Oficial de Registro
Heloyza Helena Maia Paulino
Sibely Mayara Medeiros de Sousa
Substitutas

Rua Do Largo, nº 11, Amarante – São Gonçalo do Amarante.
Telefone: (84) 3164-0167

EDITAL DE USUCAPIÃO

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE VALDIR CORTÊZ DE ALMEIDA E TERCEIROS, COM PRAZO DE 15 DIAS

FAÇO SABER a todos quantos o presente edital virem, ou interessar possa, e dele conhecimento tiverem, na forma do art. 216-A, da lei 6.015/01973, em especial a VALDIR CORTÊZ DE ALMEIDA, que corre perante este Serviço de Registro de Imóveis, que funciona na Rua do Largo, nº 11 – Bairro Amarante, no horário de 08h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião sob a modalidade ordinária, autuado sob o nº 64.733, em 01/07/2020, com tempo de posse de 30 anos, registrado em 12 de julho de 1990, registrado em favor da empresa COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO NORTE – CDI – RN, vendendo para a empresa MARCOTEX S/A INDUSTRIA TEXTIL, em 05 de maio de 1998, passando para a Outorgada Promissória Cessionária a empresa T&A CONSTRUÇÕES LTDA, e CEDENDO o direito de posse em 16/06/2020 para BOA UNIÃO PARTICIPAÇÕES S.A., tendo por objeto o imóvel assim se descreve e caracteriza: imóvel urbano constante de um Terreno medindo em sua totalidade 132.470,80m², limitando-se ao Norte com a AVENIDA LUIZ FLORÊNCIO DA COSTA, (lado Direito), com 328,19m, e VALDIR CORTEZ DE ALMEIDA, medindo 89,29m, e HERDEIROS DE JOSÉ INÁCIO SOBRINHO (Rodrigo Estevam Inácio), com 177,30m, ao Sul, com RUA PROJETADA, (lado Esquerdo), com 286,32m, JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA FILHO, com 130,01m, ao Leste, com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR-101 NORTE (ANTIGA RN-160), (Frente), com 369,69m e a Oeste, com LUIZ GONZAGA CAMPELO, (fundos), com 217,32m, HERDEIROS DE JOSÉ INÁCIO SOBRINHO, com 96,16m, JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA NETO, com 37,76m, JOÃO MARIA NASCIMENTO DOS SANTOS, com 37,76m e JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA FILHO, com 37,76m, e ALEXANDRO QUERINO DE FRANÇA, com 98,14m. Referido imóvel é objeto da matrícula nº 12.458 do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Notas de São Gonçalo do Amarante/RN, que consta como possuidor a empresa BOA UNIÃO PARTICIPAÇÕES S.A., sendo confinantes Valdir Cortez de Almeida, herdeiros de José Inácio Sobrinho, José Saraiva de Oliveira Filho, Luiz Gonzaga Campelo, José Saraiva de Oliveira Neto, João Maria Nascimento dos Santos, José Saraiva de Oliveira Filho e Alexandre Querino de França. Foram realizada 03 (três) diligências no endereço do Sr. VALDIR CORTÊZ DE ALMEIDA, foi constatado que o destinatário se encontrava em local incerto e não sabido, na primeira tentativa realizada no dia 24/04/2020, às 15h05min, não foi localizado no endereço, na segunda tentativa realizada no dia 19/06/2020, às 11h30min, novamente não localizado no endereço e na terceira tentativa no dia 22/06/2020, às 11h30min, novamente não encontrado no endereço. O requerimento e a documentação completa que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados durante o prazo de quinze dias para o exame e impugnação, o que, não ocorrendo, será tomando como anuência ao pedido, e ensejará o imediato registro da usucapião, como previsto no art. 216-A, § 6º, da Lei nº 6.015/1973. E, para que chegue ao conhecimento de todos e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado em jornal de grande circulação, para a ciência de terceiro eventualmente interessado, que poderão se manifestar em 15 (quinze) dias. Dada e passada nesta cidade de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Rio Grande do Norte, aos dez dias do mês de Julho de dois mil e vinte. Certifico que os emolumentos foram recolhidos R\$ 92,23; Taxa Fiscalização R\$ 24,09; FCRCPN R\$ 9,22; ISS R\$ 4,61 = TOTAL: R\$ 130,15 e FDJ Guia nº 7000003814512, Código nº 26630 R\$19,90. Eu, _____ Emanuel Freitas de Araújo, Escrevente, que a digitei, encerrando este ato.

São Gonçalo do Amarante/RN, 10 de Julho de 2020.
 João França da Silva Júnior
 Tabelião / Oficial de registro

1º OFÍCIO DE NOTAS DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

João França da Silva Júnior
Tabelião/Oficial de Registro
Heloyza Helena Maia Paulino
Sibely Mayara Medeiros de Sousa
Substitutas

Rua Do Largo, nº 11, Amarante – São Gonçalo do Amarante.
Telefone: (84) 3164-0167

EDITAL DE USUCAPIÃO

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE BOA VISTA AGRO-PECUÁRIA LTDA E TERCEIROS, COM PRAZO DE 15 DIAS

FAÇO SABER a todos quantos o presente edital virem, ou interessar possa, e dele conhecimento tiverem, na forma do art. 216-A, da lei 6.015/01973, em especial a BOA VISTA AGRO-PECUÁRIA LTDA, que corre perante este Serviço de Registro de Imóveis, que funciona na Rua do Largo, nº 11 – Bairro Amarante, no horário de 08h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião sob a modalidade ordinária, autuado sob o nº 61.031, em 31/07/2019, com tempo de posse de 38 anos, formulado por meio de Escrituras Particulares, sendo a primeira em 16 de março de 1985 de BOA VISTA AGRO-PECUÁRIA LTDA, vendendo para JOÃO GARCIA DA SILVA e a segunda em 04 de dezembro de 2018 de CARLA SANTIAGO BRAGA e MARCOS GUILHERME DE ALMEIDA BRAGA, vendendo para SALES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS EIRELI, tendo por objeto o imóvel assim se descreve e caracteriza: imóvel urbano constante de um Terreno medindo em sua totalidade 400m², limitando-se ao NORTE do lado Esquerdo com Rua projetada, medindo 40,00m; ao SUL do Lado Direito com Lote 326 – Francisco Viana da Silva, medindo 40,00m; ao LESTE Fundos com Lote 348 – Zélio Manoel de Souza, medindo 40,00m; ao OESTE aos Frente com Rua Palma, medindo 40,00m. Referido imóvel é objeto da matrícula nº 988 do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Notas de São Gonçalo do Amarante/RN, e consta ser de propriedade a empresa SALES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS EIRELI, sendo confinantes Francisco Viana da Silva e Zélio Manoel de Souza. O requerimento e a documentação completa que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados durante o prazo de quinze dias para o exame e impugnação, o que, não ocorrendo, será tomando como anuência ao pedido, e ensejará o imediato registro da usucapião, como previsto no art. 216-A, § 6º, da Lei nº 6.015/1973. E, para que chegue ao conhecimento de todos e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado em jornal de grande circulação, para a ciência de terceiro eventualmente interessado, que poderão se manifestar em 15 (quinze) dias. Dada e passada nesta cidade de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Rio Grande do Norte, aos dez dias do mês de Julho de dois mil e vinte. Certifico que os emolumentos foram recolhidos R\$ 92,23; Taxa Fiscalização R\$ 24,09; FCRCPN R\$ 9,22; ISS R\$ 4,61 = TOTAL: R\$ 130,15 e FDJ Guia nº 7000003807269, Código nº 26630 R\$19,90. Eu, _____ Emanuel Freitas de Araújo, Escrevente, que a digitei, encerrando este ato.

São Gonçalo do Amarante/RN, 10 de Julho de 2020.

João França da Silva Júnior
 Tabelião / Oficial de registro

1º OFÍCIO DE NOTAS DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

João França da Silva Júnior
Tabelião/Oficial de Registro
Heloyza Helena Maia Paulino
Sibely Mayara Medeiros de Sousa
Substitutas

Rua Do Largo, nº 11, Amarante – São Gonçalo do Amarante.
Telefone: (84) 3164-0167

EDITAL DE USUCAPIÃO

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE FRANCISCO VIANA DA SILVA E TERCEIROS, COM PRAZO DE 15 DIAS

FAÇO SABER a todos quantos o presente edital virem, ou interessar possa, e dele conhecimento tiverem, na forma do art. 216-A, da lei 6.015/01973, em especial a FRANCISCO VIANA DA SILVA, que corre perante este Serviço de Registro de Imóveis, que funciona na Rua do Largo, nº 11 – Bairro Amarante, no horário de 08h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião sob a modalidade ordinária, autuado sob o nº 61.031, em 31/07/2019, com tempo de posse de 38 anos, formulado por meio de Escrituras Particulares, sendo a primeira em 16 de março de 1985 de BOA VISTA AGRO-PECUÁRIA LTDA, vendendo para JOÃO GARCIA DA SILVA e a segunda em 04 de dezembro de 2018 de CARLA SANTIAGO BRAGA e MARCOS GUILHERME DE ALMEIDA BRAGA, vendendo para SALES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS EIRELI, tendo por objeto o imóvel assim se descreve e caracteriza: imóvel urbano constante de um Terreno medindo em sua totalidade 400m², limitando-se ao NORTE do lado Esquerdo com Rua projetada, medindo 40,00m; ao SUL do Lado Direito com Lote 326 – Francisco Viana da Silva,

medindo 40,00m; ao LESTE Fundos com Lote 348 – Zélio Manoel de Souza, medindo 40,00m; ao OESTE aos Frente com Rua Palma, medindo 40,00m. Referido imóvel é objeto da matrícula nº 988 do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Notas de São Gonçalo do Amarante/RN, e consta ser da empresa SALES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS EIRELI, sendo confinantes Francisco Viana da Silva e Zélio Manoel de Souza. O requerimento e a documentação completa que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados durante o prazo de quinze dias para o exame e impugnação, o que, não ocorrendo, será tomando como anuência ao pedido, e ensejará o imediato registro da usucapição, como previsto no art. 216-A, § 6º, da Lei nº 6.015/1973. E, para que chegue ao conhecimento de todos e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado em jornal de grande circulação, para a ciência de terceiro eventualmente interessado, que poderão se manifestar em 15 (quinze) dias. Dada e passada nesta cidade de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Rio Grande do Norte, aos dez dias do mês de Julho de dois mil e vinte. Certifico que os emolumentos foram recolhidos R\$ 92,23; Taxa Fiscalização R\$ 24,09; FCRCPN R\$ 9,22; ISS R\$ 4,61 = TOTAL: R\$ 130,15 e FDJ Guia nº 7000003807269, Código nº 26630 R\$ 19,90. Eu, _____ Emanuel Freitas de Araújo, Escrevente, que a digitei, encerrando este ato.

São Gonçalo do Amarante/RN, 10 de Julho de 2020.

João França da Silva Júnior
Tabelião / Oficial de registro

1º OFÍCIO DE NOTAS DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

João França da Silva Júnior
Tabelião/Oficial de Registro
Heloyza Helena Maia Paulino
Sibely Mayara Medeiros de Sousa
Substitutas

Rua Do Largo, nº 11, Amarante – São Gonçalo do Amarante.
Telefone: (84) 3164-0167

EDITAL DE USUCAPIÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, O Dr. João França da Silva Junior, Oficial de Registro de Imóveis do Primeiro Ofício de Notas de São Gonçalo do Amarante/RN, na forma da lei 6.015/01973 bem como em conformidade ao disposto no artigo 1.071 e seguinte do NCPC, faz saber a tantos quantos este edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi protocolado nesta Serventia em 25/06/2020, sob o nº 64.633, o requerimento pelo qual SALES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 23.199.462/0001-85, com sede na Avenida Lima e Silva, 1614, Lagoa Nova, CEP 59.075-710, Natal/RN, neste ato representada por seu sócio LEANDRO SALES XAVIER, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de Identidade nº 001.775.039-SSP/RN, e inscrito no CPF sob o nº 047.270.734-55, residente e domiciliado na Avenida Campos Sales, nº 855, Bairro Tirol, Natal/RN, solicitou o reconhecimento do direito de propriedade através da Usucapião extrajudicial, nos termos do art. 216-A, da Lei n. 6.015/1973, autuado sob protocolo 61.031 de 31/07/2019, do imóvel urbano constante de um Terreno medindo em sua totalidade 400m², limitando-se ao NORTE do lado Esquerdo com Rua projetada, medindo 40,00m; ao SUL do Lado Direito com Lote 326 – Francisco Viana da Silva, medindo 40,00m; ao LESTE Fundos com Lote 348 – Zélio Manoel de Souza, medindo 40,00m; ao OESTE aos Frente com Rua Palma, medindo 40,00m. Tudo conforme mapa e memorial descritivo elaborados pela Arquiteta CAU/RN nº A72908-6 Glauco Araújo da Silva, inscrito no RRT SIMPLES: 0000007791378. Assim sendo, ficam intimados terceiros eventualmente interessados e titulares de direitos reais e de outros direitos em relação ao pedido, apresentando impugnação escrita perante o Oficial de Registro de Imóveis, com as razões de sua discordância em 15 (quinze) dias corridos a contar da publicação deste, ciente de que, caso não contestado presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelos Requerentes, sendo reconhecida a usucapião extrajudicial, com o competente registro conforme determina a Lei. Dada e passada nesta cidade de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Rio Grande do Norte, aos 10 dias do mês de Julho de dois mil e vinte. Certifico que os emolumentos foram recolhidos R\$ 92,23; Taxa Fiscalização R\$ 24,09; FCRCPN R\$ 9,22; ISS R\$ 4,61 = TOTAL: R\$ 130,15 e FDJ Guia nº 7000003807269, Código nº 26630 R\$ 19,90. Eu, _____ Emanuel Freitas de Araújo, Escrevente, que a digitei, encerrando este ato.

São Gonçalo do Amarante/RN, 10 de Julho de 2020.

João França da Silva Júnior
Tabelião / Oficial de registro

Jornal Oficial
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO GONÇALO DO AMARANTE
GABINETE DO PREFEITO

Centro Administrativo
Rua Alexandre Cavalcanti, 3011 - Centro - CEP 59291-625
Telefones: (84) 98147.6574 - (84) 99621.7337
Email: jom@saogoncalo.rn.gov.br
Site: www.saogoncalo.rn.gov.br